

1

Caixa 74

MOBRAL. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO EDUCATIVA DO MOBRAL

Outubro/1985

MOBRAL

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
Princípios norteadores da ação educativa do
MOBRAL - outubro, 1985. Rio de Janeiro, 1985. 14p.

Measurement in support of
affective education.

781 F

- MOBRAE / Política educacional / Educação *
 - Educação básica de adultos. ^{organizacional}
 - Adolescentes. ^(?)
- Proposta educacional. - crise
 - Objetivos educacionais. ^{institucional}
 - Metodologia educacional. ^(?)
- Módulos complementares (?)
- Princípios educacionais.
- Formação de professores.
- Capacitação de professores.
- Análise crítica (?)

A função da Educação

A educação deve retomar, hoje, sua função de transmitir o saber sistematizado. O domínio das habilidades básicas de comunicação, de cálculo, de conhecimentos do mundo físico e social, considerados conteúdos universais, deve ser garantido pela existência de uma Educação Básica, em termos de abrangência e qualidade, capaz de constituir um dos espaços de equalização das oportunidades sociais.

No entanto, para a efetiva concretização desta proposta educacional deve-se considerar:

. Não basta o Estado assumir politicamente o caráter universal, obrigatório e gratuito da Educação Básica para que se resolvam os problemas de ordem educacional do país. Faz-se, também, necessária a criação de condições técnico-administrativas e financeiras para que de fato se viabilizem as propostas educacionais que vierem a ser sugeridas.

Análise crítica
.
A questão é, portanto, como transformar o ensino de maneira a estabelecer uma dinâmica pedagógica efetiva, possibilitando não apenas o acesso de todos, mas também uma permanência que garanta a aquisição dos conhecimentos e possibilite o uso delas de forma crítica.

A construção desse caminho implica, de imediato, retomar e clarificar diversos conceitos que orientarão o trabalho educativo, concretizando a intenção dessa proposta: a garantia de acesso à instrução pública, de permanência e aquisição do saber.

O que aconteceu com a educação nos últimos anos? Por que a questão dos conteúdos da Educação Básica precisa ser hoje retomada? Por que o ensino público perdeu a qualidade e a credibilidade? Por que a evasão e a repetência tornaram-se fatos incorporados à realidade do ensino?

As respostas passam obrigatoriamente por uma prática educacional retratada em diferentes fatos, tais como: a não-alocação de recursos financeiros suficientes para a educação básica; a desvalorização do professor, evidenciada na sua formação precária e na sua baixa remuneração, nos critérios administrativos que normatizam a carreira; e, ainda, na legitimação, pelo Estado e pela sociedade, da existência de recursos humanos pouco qualificados para o atendimento às camadas populares.

Valorizar o ensino público significa redefinir o trabalho educativo. Esta redefinição remete a uma compreensão de conteúdo e forma como aspectos distintos, mas unidos, na prática educativa. O trabalho educativo alicerça-se na equação entre conteúdo, forma/metodologia e competência técnica do professor. Na definição do papel e da importância de cada um desses elementos na prática educativa, deve-se resgatar a relação dinâmica que existe entre eles, visando ao atingimento de um objetivo comum.

Tanto o conteúdo da educação como as formas mais adequadas para transmiti-lo apresentam um caráter evidentemente social e, portanto, histórico. Vale dizer que são definidos para cada fase e para cada situação da evolução de uma sociedade e, por isso, devem atender aos interesses desta sociedade.

Assim, o objetivo a perseguir é o aprimoramento do ensino destinado às camadas populares, através de professores qualificados, que dominem os conteúdos logicamente estruturados e organizados. Portanto, passam a ser também tarefas fundamentais: qualificar professores e propiciar condições materiais compatíveis com um trabalho comprometido com os adolescentes e adultos.

Além do domínio dos conteúdos, os professores precisam ter consciência do seu papel social, nesse processo de produção de conhecimentos, e de incentivo à reflexão crítica, para que na sua prática educativa venham possibilitar a aquisição efetiva dos conhecimentos. Entende-se que a essência da Educação está contida na relação aluno-conhecimento, da qual o professor é o mediador,

capaz de propiciar a reconstrução do conhecimento.

O papel do MOBRAL

A atual reorientação do MOBRAL está pautada nas diretrizes apontadas pelo MEC, no documento Educação para Todos - caminho para a mudança em que se estabelece ainda que:

"a Educação Básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram aliçados prematuramente. Nesse sentido, compreenderá também o atendimento a toda a população jovem e adulta" (*).

papel educacional
Assim, no esforço de universalização da Educação Básica, o MOBRAL — um dos órgãos governamentais do MEC, responsável pelo atendimento educacional da população jovem e adulta das camadas populares —, tem um papel essencial: assegurar oportunidades de Educação Básica à parcela da população impossibilitada de acesso ou permanência no sistema regular de ensino, contribuindo para reversão do atual quadro da Educação Brasileira.

Neste sentido, o MOBRAL deverá atuar também na formação/capacitação dos seus professores, visando sua qualificação, de modo a garantir a aquisição dos conteúdos educacionais, a fim de que estes recursos humanos possam viabilizar a proposta educativa da instituição.

A particularidade dos grupos atendidos pelo MOBRAL leva a instituição a construir o seu atendimento educacional dentro da modalidade não-formal.

Entende-se a educação não-formal como toda a atividade educacional organizada e sistemática, que ocorre fora das estruturas do sistema formal de ensino, a fim de prover formas de aprendizagem a grupos específicos da população. É constituída a partir das

(*) Educação para todos: caminho para mudança — MEC, 1985.

condições da realidade social e econômica do jovem e adulto.

Considera suas necessidades de vida e possibilidades de tempo, e baseia-se nos princípios de flexibilidade de atendimento e uso de metodologias alternativas.

A proposta educativa do MOBRAL tem, portanto, duas grandes linhas de ação:

- a) ações educacionais voltadas para a Educação Básica de jovens e adultos;
- b) ações de formação/capacitação de seus professores;

A proposta de Educação Básica do MOBRAL constitui um serviço educativo, para adolescentes e adultos correspondente às quatro primeiras séries do 1º grau, devendo abrir oportunidades de continuidade dos estudos aos alunos, em termos de sua futura inserção no sistema regular de ensino, ou, ainda, em outras modalidades que lhes sejam convenientes.

Esta proposta prevê o estabelecimento de conteúdos mínimos educacionais a serem garantidos universalmente. Em função da abrangência da atuação pedagógica do MOBRAL, estes mínimos estão referenciados nos conteúdos das quatro séries iniciais do 1º grau, equivalência essa que não deve ser interpretada como uma identidade mecânica com os conteúdos do sistema regular. A estruturação da proposta educativa se dará com base em uma sequência modular, devendo corresponder o primeiro módulo à alfabetização.

A proposta de formação dos professores de Educação Básica do MOBRAL deverá compor uma política de valorização e progressivo estímulo profissional dessa categoria, onde ao lado de cursos de formação e aperfeiçoamento, voltados para o fortalecimento da competência técnica desses elementos, sejam também asseguradas, na medida do possível, condições financeiras e materiais indispensáveis para viabilização de seu trabalho.

Na concretização de sua proposta, o MOBRAL buscará trabalhar com o apoio do movimento popular e de outras organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, federações, uniões, grupos organizados, clubes, igrejas, empresas, etc.), tendo como objetivo sua inserção e contribuição no processo de construção de uma sociedade democrática.

Para garantir o apoio das camadas organizadas da população à ação do MOBRAL, é fundamental que esteja presente a preocupação com a qualidade do trabalho educativo. Atender à demanda dessas camadas por um ensino de qualidade é pré-requisito para alcançar a credibilidade e a legitimidade da ação educativa da instituição.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A concretização dos pressupostos teóricos anteriormente referidos na prática educativa implica considerar globalmente todos os componentes dessa prática e da realidade que a circunscreve. Isso significa adotar os objetivos, formatos, conteúdos, métodos e materiais coerentes com essa prática, assim como os procedimentos voltados à sua implementação e sustentação — a natureza e as estratégias de administração, planejamento, implantação, qualificação de professores, supervisão e avaliação.

Em síntese, cada um desses componentes deve ser formulado e encaminhado de maneira coerente e nitidamente comprometida com as finalidades da proposta educativa que se pretende desenvolver.

A indiscutível necessidade de inter-relação entre todos os componentes de uma prática educativa com suas finalidades soma-se à igualmente fundamental necessidade de assentamento dessa prática em bases culturais concretas, de modo que, a partir de tais bases, se configurem procedimentos e ações educativas específicas a cada realidade.

Considerando estudos e experiências anteriores realizadas pelo MOBRAL em alguns estados optou-se pela organização da Proposta de Educação Básica em três módulos distintos, porém complementares que devem, necessariamente, totalizar no mínimo 1020 horas.

O estabelecimento dessa duração mínima do Programa, prende-se ao fato do mesmo guardar equivalência com as quatro primeiras séries do 1º grau, contemplando no conjunto desses conteúdos a etapa de alfabetização. Tal período representa o somatório da duração média da atual ação de alfabetização do MOBRAL (300 horas) com a duração do Programa que lhe dá continuidade Educação Integrada (720 horas)

Preservada a duração total do Programa, caberá a cada COORD, com base nas características específicas da ação educativa em cada estado, definir a duração e a carga horária de cada um dos módulos componentes da proposta.

A organização modular da proposta educativa do MOBRAL é apenas uma das formas possíveis de organização, já que a principalidade da proposta não está posta, prioritariamente no seu formato, mas sim na possibilidade de um trabalho centrado no processo de transmissão-apreensão de conteúdos.

No entanto considera-se que uma proposta modularizada é a que mais se aproxima da perspectiva de um trabalho educativo não formal, junto a jovens e adultos, fora da escola, na medida em que a mesma apresenta um conjunto de características organizacionais a princípio adequadas a especificidade da clientela prevista.

Cabe agora fazer uma distinção entre um curso modularizado, como, geralmente, vem sendo tomado, no campo educacional e a perspectiva para o MOBRAL, de uma proposta dessa natureza. A utilização do termo módulo, ou da expressão curso modularizado, apesar de ainda não ser uniforme nesse campo, vem sendo empregado para definir uma alternativa de organização do ensino, centrada na operacionalização de uma instrução individualizada.

A construção de um módulo de ensino instrucional, geralmente contempla a definição de componentes específicos, tais como: a identificação da unidade de ensino ou do módulo, os pré-requisitos para se ter acesso ao mesmo, seus objetivos, a pré-avaliação, as atividades de aprendizagem, a pós-avaliação e as atividades para somar as deficiências dos participantes.

Para o MOBREAL, uma ação educativa modularizada, está sendo tomada como uma forma de organização global da proposta de educação básica, em unidades independentes porém intercomplementares, orientadas em direção ao desempenho do aluno, com ênfase na aprendizagem.

Portanto, a organização modular prevista está, predominantemente, referenciada a um critério mais genérico de estruturação global da proposta, do que as características intrínsecas de um módulo de aprendizagem.

Assim supõe-se que uma proposta modularizada deva permitir uma flexibilidade maior na composição do curso quer em termos de sua extensão, distribuição dos conteúdos, e carga horária diária e mensal, como em termos das formas de agrupamento dos alunos e das condições de entrada e saída dos mesmos ao longo do curso.

Cada módulo está sendo concebido como componente de um conjunto maior — a Educação Básica —; como independente e complementar em relação aos outros módulos; com conteúdos organizados segundo uma gradação; com objetivos específicos estabelecidos a curto prazo e passíveis de avaliação. A proposta modular prevê a entrada dos alunos na etapa do programa correspondente aos conhecimentos que já possui, supondo igualmente sua saída, concluindo ou não o 3º módulo; em ambos os casos, os alunos terão atestada sua participação no curso, cuja finalização real corresponderá ao certificado de conclusão do programa de educação básica equivalente as quatro primeiras séries do 1º grau, dando-lhe direito ao prosseguimento dos estudos.

O material didático, elaborado pelo MOBRAL Central, deverá ter em vista apoiar o desenvolvimento da ação educativa no que diz respeito à transmissão e aquisição dos conteúdos mínimos. Esse material, de cunho nacional, poderá ser utilizado, em função da opção de cada COORD, de acordo com as seguintes alternativas: — material único e exclusivo, — material principal, complementado por outros materiais locais ou regionais; — material secundário ou complementar, sendo o material básico de cunho regional ou local.

módulo complementar
Rus(?)

O professor, para atuar, precisará ter uma formação que o possibilite a trabalhar todos os módulos, tendo necessariamente o domínio completo tanto dos conteúdos apresentados nesses módulos como de outros conteúdos de natureza complementar que permitam trabalhar sobre eles.

Propõe-se ainda, o envolvimento de outros setores da sociedade na tarefa da Educação Básica, tais como, universitários, normalistas e outros grupos interessados e comprometidos com a educação.

Cabe ressaltar que a proposta de Educação Básica do MOBRAL será acompanhada e avaliada no decorrer do processo no que concerne, aos múltiplos fatores, dimensões e variáveis que interagem em seu desempenho. Isto porque, entende-se que o processo de avaliação é parte também essencial e integrante de qualquer proposta de ação, especialmente, quando se trata de uma proposta que objetiva revitalizar a função básica da Educação, conforme aqui definida, a saber: a transmissão sistemática e crítica dos conteúdos mínimos selecionados para o Programa de Educação Básica do MOBRAL.

Organização dos conteúdos

O objetivo da proposta educativa do MOBRAL é garantir a socialização do saber sistematizado de forma crítica. Nesse sentido, o currículo, e a maneira como ele se concretiza no trabalho pedagógico de sala de aula, constitui a instância básica dessa proposta. O currículo está sendo aqui entendido como o conjunto de atividades nucleares cuja realização levam ao alcance deste objetivo.

A escolha de tais atividades nucleares está intrinsecamente relacionada aos conteúdos que serão privilegiados no trabalho. Nesta etapa de elaboração da proposta educativa do MOBRAL, elege-se, como um primeiro momento de decisão, a delimitação dos conteúdos mínimos universais, da Educação Geral, que devem fazer parte do currículo para o primeiro segmento da Educação Básica, e que estão relacionados ao final do presente documento.

Na concepção de currículo aqui assumida, os conteúdos devem, portanto, corresponder aos "mínimos educacionais", que incorporam e superam o empirismo do senso comum, levando a um conhecimento mais abrangente e universal. Esses mínimos incluem o domínio da leitura com compreensão, e da escrita com clareza e correção e, em seguida, o domínio de conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais.

Entretanto, não basta considerar o rol de conteúdos mínimos na medida, em que a transmissão dos conteúdos não está sendo aqui entendida como ação mecânica e linear. A própria organização desses conteúdos, sua dosagem e distribuição no tempo estão condicionadas ao diagnóstico da realidade em que será desenvolvido o trabalho pedagógico. Dois aspectos devem estar incluídos neste diagnóstico: de um lado, é preciso levar em conta as experiências sócio-culturais da população atendida pelo programa, seus anseios e, por outro lado as necessidades específicas do grupo a que se direciona a proposta (jovens e adultos).

Ora, sendo os conteúdos e a forma (o método) aspectos inseparáveis de uma mesma unidade - no caso, o fazer pedagógico -, ao se falar da maneira como se entende o conteúdo, já se está falando também da compreensão que se tem sobre o método.

A opção por determinado método se faz a partir de alguns princípios básicos originários da própria proposta educativa que se pretende concretizar. Para a construção do método que irá operacionalizar a presente proposta educativa, tem-se como fundamentais os seguintes princípios:

- 1) considerar a estrutura do conhecimento, enfatizando-se, no trabalho pedagógico diário, os grandes eixos de cada área mais do que os detalhes, as informações acessórias ou pouco relevantes;
- 2) conhecer e partir das experiências sócio-culturais e vivenciais da população concreta com a qual será desenvolvida a proposta educativa, no que se refere a seus costumes, sua inserção no trabalho, seus interesses, necessidades e expectativas;
- 3) conhecer e levar em conta as características específicas do grupo a que está sendo dirigido o programa educativo, tanto em relação à sua faixa etária quanto às suas formas de interação com os demais grupos existentes naquela localidade;
- 4) detectar as condições concretas necessárias para que o trabalho pedagógico seja viável, incluindo-se, aqui, desde as condições físicas do espaço utilizado até o nível de qualificação do professor. O delineamento das condições necessárias, frente às condições objetivas existentes, dá uma pista bastante nítida dos aspectos que precisam ser transformados, para que a ação educativa que foi planejada se torne concreta;
- 5) partir da combinação dos quatro princípios anteriores para

selecionar e/ou construir as formas de trabalho (técnicas) de sala de aula. Na prática pedagógica, tais formas devem se construir em situações significativas para os alunos e professores que dela participam.

As técnicas poderão ser as mais variadas, não comportando modelos rígidos desde que tenham sempre em vista o objetivo maior - a universalização dos conhecimentos de forma crítica. A aula será expositiva, dirigida ao grupo de alunos como um todo? Serão organizados grupos? Os grupos serão diversificados conforme as situações mais adequadas a cada qual, ou segundo o conjunto de conteúdos que dominam? Diariamente serão trabalhados conteúdos de uma ou mais áreas de conhecimento? Ou de que maneira irá variar a distribuição dos conteúdos pelos diferentes dias e nas diversas atividades? Estas e muitas outras serão as questões enfrentadas no cotidiano em relação às técnicas utilizadas no trabalho.

Ligando-se ao problema das técnicas, também se coloca o dos recursos, no sentido de que após a opção por um material nacional ou local, o mesmo ocupe efetivamente o seu papel de ser um dos instrumentos para o atingimento dos objetivos da proposta educativa e não sua exclusiva tradução.

Finalmente, para que se construa o currículo, além de objetivos, conteúdos, métodos, técnicas e recursos, é preciso, ainda, que se definam com clareza os critérios e as formas de avaliação que serão utilizadas ao longo do processo. Coerentemente com uma proposta educativa que pretende garantir a aquisição dos conteúdos de forma dinâmica, a avaliação deve dar conta, tanto do produto final (os conteúdos adquiridos), quanto do processo percorrido (os avanços e esforços empreendidos).

Assim, o que se deseja do "fazer pedagógico" é a democratização do saber sistematizado. Ao se realizar o processo de transmissão e aquisição do conhecimento, a prática educativa - entendida como uma prática social - deve se concretizar no

sentido de operar mudanças no raciocínio e na atuação do educando e do educador.

A realização desse tipo de trabalho pedagógico depende, fundamentalmente, do papel desempenhado pelo educador.

Não existe prática pedagógica que exclua a passagem de conteúdo, posto que este está implícito na própria atividade do educador. A ação desse educador, conscientemente ou não, está imbuída de uma intencionalidade, que possibilitará ou não ao educando perceber-se como alguém que produz conhecimento, e não apenas consome o conhecimento produzido por outros.

Assim, o professor que se quer formar deve ser sujeito do processo de construção do conhecimento - do "fazer pedagógico" - e não um mero instrumento de reprodução mecânica dos conteúdos. Há, portanto, que se desenvolver um processo de formação desse professor que, baseado no princípio da unidade do fato educativo, propicie a aproximação do "conceber" e do "executar" a ação educativa, para que possa recriá-la e reorganizá-la.

Aí está a base de um processo educativo realmente sólido, que concretiza sua função democrática, na medida em que faz com que o educando seja capaz de desenvolver a criticidade e a autonomia de pensamentos, de usar o raciocínio para analisar, interpretar e compreender a realidade, estabelecendo relações entre fatos, objetos e situações, de questionar e duvidar das "verdades eternas", de criar o "novo" e não somente repetir o que outros já fizeram. Tudo isso pressupõe um processo organizado, com objetivos claros, sendo a prática orientada por princípios metodológicos norteadores da ação educativa e capazes de garantir que os objetivos sejam atingidos.

A formação do professor deve estar, necessariamente, imbuída dessa concepção, para que ele possa viabilizar a proposta educativa aqui assumida.

2 - FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Entende-se a questão da formação do professor como componente da proposta educativa do MOBRL estando, portanto, necessariamente, referenciada nos princípios teóricos e metodológicos que norteiam essa proposta.

Isso porque o MOBRL, ao assumir a tarefa de contribuir para a reversão do atual quadro da educação brasileira alfabetizando adolescentes e adultos, chama para si, igualmente, a tarefa de investir em uma política de formação e aperfeiçoamento de seus próprios recursos humanos, como um dos requisitos básicos para o cumprimento do seu próprio papel.

Tal política, tendo como eixo principal a valorização e a formação do professor, deverá se traduzir em propostas, construídas a nível regional ou local, capazes de assegurar a esses professores, tanto o acesso aos instrumentos essenciais - conteúdos e métodos - para o exercício de suas funções, como também condições financeiras e materiais básicas para viabilização de seu trabalho. Isso significa dizer que todos os componentes dessa proposta (desde o planejamento, estratégias e modalidades de trabalho até a sua administração e financiamento) devem guardar inter-relação entre si e com a proposta educativa que se pretende desenvolver.

Trata-se, efetivamente, de ultrapassar a capacitação, traduzida de um modo geral, em treinamentos iniciais e reciclagens periódicas centradas, na maioria das vezes, no repasse das técnicas de ensino. Essa capacitação será inserida na perspectiva de uma progressiva formação desses professores, cuja finalidade deverá ser o fortalecimento da competência técnica dos mesmos e a melhoria de sua formação.

O modo de desenvolvimento da capacitação de professores deve permitir a progressiva apropriação de seus instrumentos básicos de trabalho, para que gradualmente passem não sô a executar;

mas também a conceber e recriar sua prática educativa.

Os conteúdos da proposta de capacitação devem basicamente dar conta dos fundamentos teóricos, das características metodológicas e didático-pedagógicas e dos conteúdos mínimos previstos para a proposta de educação básica do MOBRAL.

Para atuar como professor de Educação Básica, pretende o MOBRAL selecionar professores com o 2º grau completo, admitindo graus imediata e sucessivamente inferiores, de acordo com as características e possibilidades locais. Dada a possível heterogeneidade de formação e escolaridade desses professores, o MOBRAL, provavelmente, contará tanto com professores habilitados, como também com professores não habilitados ou leigos - aqueles que não têm habilitação específica a nível de 2º grau para o exercício do magistério na 1a. a 4a. série do 1º grau.

Em função dessa perspectiva, é que deve ser visto o trabalho do MOBRAL junto ao professorado leigo, prioritariamente com aqueles que apresentam menores níveis de escolaridade e que, portanto, até o momento, não exercem, assim como os alunos, o direito que têm à uma educação básica.

Uma estratégia específica junto a esse professorado, implicará em que, para além dos conteúdos comuns previstos para o conjunto dos professores, o que são leigos tenham acesso a serviços voltados para a regularização de sua escolaridade, a nível de 1º grau, devendo também ser encaminhados para cursos conclusivos de sua habilitação.